

O CONFRONTO ENTRE SABER E PODER EM TORNO DA LITERATURA DITA MARGINAL

THE CONFRONTATION BETWEEN KNOWLEDGE AND POWER AROUND THE CALLED MARGINAL LITERATURE

*Carolina FERNANDES**

*Joana D'Arc Camargo Borges ACOSTA***

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender o processo discursivo de elaboração do conceito de Literatura Marginal e como esses discursos são influenciados pelo Cânone Literário. A análise é realizada sob o ponto de vista da Análise do Discurso Francesa, e o *corpus* é constituído por sequências discursivas retiradas de entrevistas e *posts* de escritores cuja literatura é considerada marginal. Diante da análise realizada, podemos concluir que o conceito de Literatura Marginal se formula no embate entre o saber e o poder, apontando a contradição na formação discursiva literária.

Palavras-chave: Discurso; Formação Discursiva; Literatura Marginal.

Abstract: This article aims to comprehend the discursive process of the formulation of the concept of Marginal Literature and how such discourses are influenced by the Literary Canon. The analysis is conducted from the point of view of French Discourse Analysis, besides the *corpus* consists of discursive sequences from interviews and online posts from writers whose literature is considered marginal. Based on the analysis performed, we conclude that the concept of Marginal Literature is formulated in the conflict between knowledge and power, pointing out the contradiction in literary discursive formation.

Keywords: Discourse; Discursive Formation; Marginal Literature.

Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo discursivo de transformação do campo literário, tendo em vista a

* Doutora em Análises Textuais e Discursivas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, *Campus Bagé*. Contato: carolinafernandes@unipampa.edu.br.

** Aluna do curso especialização Linguagem e Docência/ Universidade Federal do Pampa, *Campus Bagé*. Contato: joanadarcacosta@gmail.com.

inserção da Literatura dita Marginal¹. Para isso, faremos um estudo da construção do discurso literário que se formula com base no Cânone Literário, instituído na Academia, considerando, sobretudo, as instituições universitárias.

A Análise do Discurso nos leva a olhar para o discurso como um movimento contínuo em que o sujeito e a sociedade se constituem historicamente, através do embate das relações de poder. Essas relações são institucionalizadas, isto é, construídas ao longo da história e repetidas e transformadas em diferentes acontecimentos. Adotando a perspectiva foucaultiana, neste artigo procuramos analisar dois discursos diferenciados sobre a literatura considerada marginal, um discurso institucionalizado e outro marginalizado por se gerar fora da instituição.

Primeiramente, é importante considerar o modo de circulação desses discursos marginalizados, visto que estes recebem grande divulgação por terem sido publicados na rede virtual, em *blogs* intitulados como “Interpoética” e “Canto dos Livros”. Atualmente o ciberespaço se torna um local de acesso aos discursos de resistência. No entanto, mesmo dando voz aos dizeres marginalizados, estes parecem não ser legitimados pela academia que insiste em organizar os saberes literários em torno do conceito de cânone. Para compreender melhor a repartição dos saberes que constituem o campo literário, recorreremos à noção de formação discursiva tal qual formulada por Foucault e analisarmos seu modo de constituição e transformação.

1 O sujeito entre o saber e o poder na Literatura

Vivemos uma época em que o saber literário entrou em conflito com o poder que institucionaliza esse campo científico. Há tempo que os livros mais vendidos não são considerados adequados aos padrões estéticos da arte literária. A literatura entrou em colapso?

¹ O termo “Literatura Marginal” caracteriza-se como um fenômeno literário desenvolvido na periferia de São Paulo. Surgiu por meio de um manifesto publicado na revista Caros Amigos, em 2001, em um número especial, organizado por Ferréz, codinome de Reginaldo Ferreira da Silva, que é escritor, colunista, produtor cultural e morador do morro Capão Redondo. A dita *literatura marginal* é caracterizada pelo uso da variante linguística usada na periferia de São Paulo e por tratar de temas relacionados a este universo.

Os padrões mudaram? Tudo pode ser considerado literário hoje? Essas são perguntas recorrentes na área e implicam um processo discursivo de transformação, mas também de controle.

Há, nos cursos de Letras, os saberes que instituem o que são textos literários e os que não são; entretanto, é crescente o número daqueles professores que passam a adotar uma postura mais flexível, revendo os padrões estéticos e reconfigurando as bordas dessa delimitação. Conforme Maingueneau (2011), estamos em um período de profundas transformações na ciência literária, tanto nos métodos quanto em seu ensino. É válido um professor exigir dos alunos adoradores da saga *Crepúsculo* que se dediquem à leitura de “Memórias de um Sargento de Milícias”? De acordo com o autor (MAINGUENEAU, 2011, p. 8), “em uma perspectiva de análise do discurso não se aprende literatura opondo de maneira redutora textos literários e textos não-literários, mas substituindo o discurso literário na multiplicidade de enunciações que atravessam o espaço social”.

Essa oposição interna ao discurso literário reflete o modo como o sujeito estabelece a relação entre a linguagem e a história. É essa junção que determina os sentidos e os saberes para o campo literário. A Análise do Discurso (AD), estudando a linguagem em movimento, ou seja, o discurso, entende que não há uma relação direta entre o homem e a realidade social e natural, essa relação é mediada pela linguagem, que, neste caso, materializa o modo como a literatura diferencia o literário do não-literário.

Essa mediação realizada pela linguagem se dá na interpretação de sentidos que, conforme Orlandi (1996) se faz sempre “em certa direção”, direção determinada pela articulação da linguagem com a história e seus mecanismos de controle e poder. Desse modo, é o embricamento entre o saber e o poder que permeia ou regula a relação entre a linguagem e o mundo, mostrando que não há um dizer transparente ou literal, pois os dizeres são marcados por certa *posição-sujeito*.

Para a AD, o sujeito se constitui no discurso, afastando-se da concepção empírica de um indivíduo de carne e osso, origem do dizer. O sujeito discursivo, aquele do enunciado, em nada tem a ver com o sujeito da formulação, como nos alerta Foucault (1995), ele se define por uma função vazia que pode ser ocupada por indivíduos distintos. O sujeito discursivo trata-se de uma posição tomada pelo indivíduo no

discurso, e essa posição se constitui historicamente por meio da linguagem, pelo já dito, como mostra Foucault (1995, p. 108-109): “o sujeito enunciante faz com que exista, fora de si, um objeto que pertence a um domínio já definido, cujas leis de possibilidade já foram articuladas e cujos caracteres são anteriores à enunciação que coloca”. A esse respeito, Pêcheux (2009, p.149) formula a noção de *interdiscurso* que trata do que é dito “sempre antes, em outro lugar e independentemente”.

O interdiscurso é, assim, a memória do dizer, é de onde emergem os saberes:

O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. A memória discursiva por sua vez tem características quando pensadas em relação ao discurso. E nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso (ORLANDI, 2002 p. 31).

Nesta perspectiva, a memória dos saberes é acionada pelo sujeito no momento em que este enuncia a fim de obter, no ponto de vista histórico e social, a legitimidade para o seu dizer. O interdiscurso é um conjunto de dizeres, já ditos e esquecidos, de modo inconsciente, que determina o sentido do que dissemos. A formulação de um discurso é determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso.

O que determina o discurso é a situação social e histórica marcada pela posição-sujeito, este não tem como apropriar-se das palavras de uma forma original, ou seja, seu discurso sempre será pautado por discursos anteriores, que são registrados em seu inconsciente, constituindo assim, os sentidos. Todo o discurso sempre será afetado pelos enunciados anteriores, no entanto, o sujeito dará uma roupagem nova ao que é dito, dá o “efeito de originalidade”. De acordo com Foucault (2007, p. 9), “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno”, é o que podemos ver nos discursos presentes na *web*, a literatura vem se modificando com o passar dos séculos, entretanto os discursos anteriores sempre estão presentes nos novos acontecimentos.

É assim, que se constitui o discurso literário, fundado por saberes anteriores que são legitimados na história e pela instituição

acadêmica como sendo científicos e, por serem assim, incontestáveis. A legitimação institucional é que rege o poder sobre o discurso literário, tendo o sujeito que se submeter à instituição ou ficar de fora, marginalizado. Dessa forma, o acesso ao saber literário é determinado pelo poder que define as regras de enunciação. Logo, o discurso literário é autorizado a quem enuncia conforme as regras determinadas, caso contrário é renegada a posse desse saber.

No entanto, pela atual conjuntura social e cultural, não é mais possível tudo excluir do campo literário, então a literatura passa a receber qualificações: a boa literatura ou legítima literatura, e a literatura marginal, aquela que se encontra nas margens, querendo adentrar, mas sendo continuamente interditada pelo próprio poder que atribui esses rótulos. O sujeito encontra para si duas posições: a interna aos valores literários tradicionais e aquela externa, que fica rondando o campo de saber literário, mas sem autorização para adentrar. A fim de melhor compreendermos a configuração desse campo de saber, a seguir trataremos da noção de *formação discursiva*.

2 A noção de formação discursiva na organização dos saberes literários

Com o intuito de compreender de que modo um conjunto de saberes constitui um campo científico, o filósofo Michel Foucault passa a analisar o modo de dizer de diferentes áreas do conhecimento no seu desenvolvimento histórico, chegando ao conceito de *discurso*: “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 1995, p. 124), e ainda do discurso literário. Interessamos, neste trabalho, analisar o modo de organização ou repartição do *discurso literário*, buscando compreender de que forma a dita Literatura Marginal é integrada a esse sistema de formação dos saberes.

Em “Arqueologia do Saber”, Michel Foucault (1995) mostra que a repartição dos saberes em diferentes áreas do conhecimento não se dá de modo linear no tempo e no espaço, nem tampouco dispensa qualquer regularidade. Dessa forma, percebe que há uma enunciação própria a cada campo científico que revela *regularidade* e também

descontinuidade no modo de repartição do saber. Logo, lhe interessa como que uma regularidade pode ser recortada dentro de um universo de dispersões. Como princípio de organização da repartição dos saberes, Foucault forjou o conceito de formação discursiva (FD), a qual define do seguinte modo:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso, em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 1995, p. 43).²

A partir desse conceito, é possível estabelecer os recursos de que dispõe o analista para chegar à dita regularidade em torno de um sistema de dispersão. É, portanto, o próprio conceito de formação discursiva que dá forma ao discurso, que determina o que pode ser um discurso literário, desse modo o autor (FOUCAULT, 1995, p.135) passa a considerar o discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. O discurso, assim entendido, é histórico, ou seja, depende da relação entre os saberes que se constitui no percurso histórico de cada campo. Dessa forma, é o entrecruzamento da linguagem com a história que produz o discurso, e o que determina seus limites é a formação discursiva.

Percebemos ainda que, embora a FD apresente contradições no seu interior, ela representa um campo de saber uniforme, já que as diferenças são reguladas no seu interior por um certo grau de “tolerância” das contradições que não compromete a organização geral das séries temporais, ou ainda, dos conjuntos de enunciados.

Para Foucault, o princípio regulador da FD parte sempre de uma instituição que fornece ao sujeito, ocupante de certo lugar marcado institucionalmente, o poder de enunciar certos saberes daquela FD ou, como define Pêcheux (2009, p. 247), o de determinar “a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, *o que pode e deve ser dito*” (destaque do autor). No caso da Literatura, a instituição universitária dita os modos de controle do dizer, do que pode ou não

² Os destaques são do autor.

ser considerado arte literária, do que pode ou não ser dito em nome da Literatura.

No entanto, apesar dos fatores reguladores do discurso, a dispersão da FD abre espaço para a contradição no seu interior podendo fazer essa regularidade se reorganizar, redefinir seus objetos, seu conjunto de enunciados. Os conceitos podem sofrer deslocamentos e transformações no interior da FD, como vemos em:

Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias teologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica: assim, as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias (FOUCAULT, 1995, p. 5)³.

As transformações renovam a FD, fazem-na sobreviver às mudanças do tempo e do espaço. No entanto, ainda conforme Foucault, essas transformações também são reguladas em alguns campos do saber que camuflam sua existência e renegam seus efeitos: “Algumas das disciplinas históricas caminham do contínuo ao descontínuo, enquanto que outras iam do formigamento das discontinuidades às grandes unidades ininterruptas” (FOUCAULT, 1995, p. 6). Para nós, isso é o que ocorre com a Literatura que, institucionalizada pelo cânone literário, vê suas bases formigarem, porém torna rígidas suas unidades.

3 O cânone como controlador da FD literária e o ciberespaço como mantenedor da dispersão

Foucault (1995) salienta que a dispersão do saber é regulada não apenas por mecanismos externos à enunciação (as instituições), mas também por mecanismos internos. O controle interno à FD da Literatura é feito por um mecanismo chamado “cânone literário”. A definição formalista de Literatura traz consigo esse conceito que, etimologicamente, vem do grego *Kanón* que significa regra, norma, isto é, o cânone literário é uma norma que estabelece o que pode ser

³ Destaque do autor.

considerado texto literário, e ainda, como explica Compagnon (1999), também reúne um conjunto de obras ou de autores que constituem o arquivo do campo literário, como se pode ver na definição de literatura a seguir:

Mais restritamente ainda: literatura são os grandes escritores. [...] O cânone clássico eram obras-modelo, destinadas a serem imitadas de maneira fecunda; o panteão moderno é constituído pelos escritores que melhor encarnam o espírito de uma nação. [...] Notemos apenas este paradoxo: o cânone é composto de um conjunto de obras valorizadas ao mesmo tempo em razão da unicidade da sua forma e da universalidade (pelo menos em escala nacional) do seu conteúdo; a grande obra é reputada simultaneamente única e universal. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. [...] A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (COMPAGNON, 1999, p. 33).

Nessa definição clássica do que é literatura já percebemos que os saberes desse campo são organizados tendo em vista o cânone literário. Essa perpetuação histórica do cânone como regulador da FD literária diz respeito ao desejo positivista pela cientificidade, pela verdade única. Essa vontade de verdade é que faz com que a literatura ocidental se prenda há séculos ao princípio de verossimilhança que visa à busca do natural e verdadeiro (FOUCAULT, 2007). O suporte institucional é o que constrói e mantém esse sistema de exclusão, ao mesmo tempo em que formula um conjunto de práticas pedagógicas e de valorização de certas obras, tornando o ensino de literatura ou ainda a leitura no âmbito geral regrada pelo cânone literário. Isso é perceptível pelo modo como se ensina literatura na escola, por meio de períodos literários que rotulam as obras e os autores, garantindo um sistema de repartição excludente pela forma de seleção das obras a serem lidas e estudadas. E ainda, as bibliotecas são ambientes que reforçam a segregação dentro da FD literária, abrigando o que pode e deve ser lido. Esses sistemas de exclusão acabam tornando natural a separação entre o bom e o mau texto, entre o que é literário e o não-literário, como observa Compagnon:

O público espera dos profissionais da literatura, quais são os bons livros e quais são os maus: que os julguem e separe o trigo do joio,

fixem o cânone. A função do crítico literário é, conforme a etimologia, declarar “Acho que este livro é bom ou mau” (COMPAGNON, 1999, p. 224).

O cânone literário é, assim, o “prumo” de todo o dizer na área da Literatura, sobre o que pode se considerar arte literária ou não. Entretanto, há, atualmente, uma transformação nos sistemas de formação da FD literária, fazendo surgir uma posição-sujeito oposta a essa visão segregadora, que questiona os pré-construídos (HENRY, 1997) legitimadores do texto literário. Essa posição-sujeito instaura um *discurso de resistência* ao discurso literário historicamente instituído, mostrando que há escritores e professores de literatura que “contestam a validade do discurso canônico vendo-o como a encarnação do poder” (CUSTÓDIO, 2009, p.4).

Para compreendermos o processo de acontecimento desse discurso, tomamos a sequência discursiva 1 (SD1) recortada de um *post* (comentário em *blog*) de um dos escritores considerados de Literatura Marginal escrito no *blog* “Interpoética” (LARA, 2011):

SD1: A primeira coisa a esclarecer é que não sou porta-voz da literatura marginal ou da cultura alternativa ou da contemporaneidade. [...] Sou apenas poetinha, contador de histórias, o que vou emitir neste “ensaio” é meramente opinião pessoal, ou seja: não vou fazer uma abordagem “científica” (neopositivista, absolutamente imparcial, quantitativa ou assemelhada). E também não me proponho a escrever, exclusivamente em estilo acadêmico ou técnico, nem a seguir todos os ditames da Teoria Literária, da ABNT, ou de qualquer “igreja” instituída.

O comentário do *blog* inicia com uma negação sobre o papel de representar a Literatura Marginal, pois, mesmo sendo considerado escritor da Literatura Marginal, a posição-sujeito ocupada não se institui como porta-voz do grupo. E as negações seguem no seu dizer, mostrando romper com qualquer tipo de padrão acadêmico, com o modo de escrever e com seus métodos de análise. Assim, o poeta se coloca à margem dos padrões institucionalizados. Esse ato de negação é, de certa forma, um meio de rejeitar e protestar contra o sistema discursivo acadêmico, contra a crítica literária e os saberes instituídos

historicamente. Isso fica visível quando afirma refutar os ditames da Teoria Literária e não seguir qualquer outra “‘igreja’ instituída”.

Esse discurso se coloca à margem da Academia, mostrando uma necessidade de romper com o estabilizado, ou seja, escrever de “forma livre” é uma tentativa de “assenhorar-se” do seu discurso (FOUCAULT, 2007, p.7).

Esse assenhoramento só parece ser possível através do rompimento das barreiras impostas pelo meio acadêmico, que ditam normas, estabelecem parâmetros para o que pode ser legitimado ou não. Podemos observar que, de início, o discurso “trava uma luta” pelo poder de dizer que lhe é negado pelo interdito do cânone literário. Foucault (2007, p.7) observa que “em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada e redistribuída por procedimentos que têm o papel de exorcizar os discursos”. Uma das formas de refrear o discurso de resistência é o interdito, que o atinge revelando o vínculo entre desejo e poder.

E, ainda, observamos que o lugar de circulação desse discurso não é um lugar institucional, o que reforça a ideia de um discurso “marginalizado”. A internet é uma revolução cultural que permite o afloramento das descontinuidades e, com isso, o abalar das bases concretas. Tudo pode circular na *Web*, tudo lá pode ser dito. Cada *site*, cada espaço virtual, possui formas próprias de repartição do saber, mas todas essas formas se encontram no ciberespaço, podendo este se configurar como o próprio interdiscurso, como um arquivo imenso. Segundo Chartier (2006, p.3), o arquivo virtual é “uma acumulação sem falha, sem lacunas, onde todos os saberes são constituídos”⁴. Portanto, o “discurso marginal” circula no âmbito desse arquivo, onde não cabe apenas uma parcela de saber (aquele que o poder institucional aceita como verdadeiro), mas todos os saberes existentes. Observa-se ainda que esse arquivo virtual, por não ser institucionalizado, é plenamente disperso, sua regularidade se dá apenas dentro dos espaços organizados da rede, como” os *blogs* e *home pages* em geral (FERNANDES, 2009).

Voltando aos nossos recortes discursivos, temos o seguinte posicionamento quanto ao termo “Literatura Marginal”:

⁴ Nossa tradução de “accumulations sans manque, sans lacunes, tous les savoirs constitués”.

SD2: A minha desconfiança pessoal é de que esse termo foi cunhado pela intelectualidade academicista “reacionária” e misonéista do sudeste-sul no início da década de 70 (com o objetivo capcioso de denegrir e desqualificar, obviamente). Atualmente, a maioria dos poetas e escritores que foram identificados como “marginais” não se identificam mais com essa definição, alguns poucos assumem o “rótulo”.

Nessa sequência discursiva, percebe-se que o saber que institui o rótulo “marginal” à literatura que não é afetada pelo cânone literário é situado espacial e temporalmente, apontando a divergência entre dois polos culturais: o sudeste-sul e o nordeste-norte. O discurso marginal também resiste aos rótulos sociais que instituem valores às diferentes culturas.

O processo discursivo da “marginalidade literária”, atualmente, ainda pesa sobre os ombros daqueles que, embora não sejam aceitos pelo cânone literário, não se consideram escritores da Literatura Marginal, não admitem diferenciações, nomenclaturas ou rótulos. Por outro lado, há aquela posição-sujeito que reconhece a importância das categorizações no campo literário e escolhe a designação “independente” para definir o tipo de literatura que não depende da aceitação da academia como vemos em:

SD3: Eu também não tenho problema em ser chamado de escritor “marginal”, embora prefira o termo independente, o problema, no frigor dos cocos, parece estar mais relacionado com demarcação de territórios, do que com a sensação de constrangimento em ser identificado como “marginal”. Argumentam alguns que, uma vez este tipo de literatura já está razoavelmente assimilado por boa parte da crítica e da coletividade, não faria mais sentido insistir na demarcação. Mas eu acredito que ainda é necessária a diferenciação por vários motivos. Eu gosto de saber onde estou pisando, de clarear referências. Se eu disser padrão grego ou estilo clássico, ou estilo marginal, o leitor imediatamente terá um entendimento intuitivo do que estou querendo dizer.

Ao longo do comentário, podemos perceber que, embora a posição-sujeito ocupada pelo escritor admita a necessidade de classificação na literatura, ele não aceita o estigma “marginal”, o que trata por “rótulo” por considerá-lo depreciativo. Durante o discurso é

notável o desejo de uma mudança de termos para designar a Literatura Marginal, preferindo o termo “independente”, é importante ressaltar que este discurso não tem um amparo acadêmico, mas possui grande circulação e notoriedade no espaço virtual.

Ao admitir a necessidade de diferenciação, classificação entre as literaturas, o sujeito se aproxima dos saberes da discursividade acadêmica, historicamente situada, ou seja, reconhece a importância de haver uma padronização. No entanto, seu posicionamento dominante o identifica com os saberes da literatura a qual denomina *independente* (observa-se que o escritor assina o *post* como “escritor independente”). O termo “independente” é mais aceito pelo discurso “marginal”, pois revela o abandono da legitimação do cânone, a não necessidade dessa legitimação em virtude da aceitação popular.

O cânone literário é regido pelo discurso de que toda a produção literária deve passar por um julgamento criterioso de valoração estética, surgindo assim, a classificação do “bom e do ruim”, do modelo de literatura adotado universalmente. A literatura marginal contrapor-se-ia à literatura clássica, ferindo o que já está constituído ao longo dos séculos. Este novo padrão de literatura seria, para a academia, o que é chamado de Literatura Marginal, considerada à margem do modelo adequado, tanto na escrita, quanto na estética.

Observa-se que quando o discurso do sujeito-escritor é direcionado à aceitação do cânone literário para poder diferenciar os tipos de literatura surge um posicionamento político que denuncia a necessidade do poder institucional de “rotular” a fim de que os sentidos sejam estabilizados, conforme as SDs 4 e 5:

SD4: Nunca é demais lembrar que, em meados da década de 70, era comum a intelectualidade acadêmica afirmar que “poesia marginal não é literatura” e que esse tipo de literatura não tem cidadania estética. Sejam os lúcidos e vamos admitir que essa afirmação de que apenas a literatura canônica tem cidadania estética é uma “conversa pra boi dormir” se não for uma discriminação mesmo, além de um elitismo horrível.

SD5: Há cânones e cânones. E se eu acredito piamente que o meu é o melhor ou único, estou mal (espiritualmente). E se tento impor na coletividade a hegemonia absoluta desse cânone, obviamente estou preso a uma pulsão egótica e a um pendor compartimental muito

forte (ou uma obsessão por obras-primas). Não estou dizendo que a sistematização do conhecimento literário feita com terminologia acadêmica não tem sua importância. O problema acontece quando essa terminologia passa a ser única, e todos os escritores que não a usam são desqualificados. Neste caso estamos diante de uma evidente discriminação estilista, de um descarte da “concorrência”. Os cânones tradicionais, certamente, farão o possível e o impossível para que ninguém entre no “reino dos seus”. É conhecida e óbvia a ojeriza nutrida por esse pessoal contra a coloquialidade ou a maior abertura para outras literaturas que não reproduzam a cartilha do seu cânone exclusivista (obcecado por obras - primas).

As SDs 4 e 5 ilustram o que diz Custódio (2009, p.4) “uma contestação da validade do discurso canônico como encarnação do poder”. Isto nos remete à resistência do vínculo entre saber e poder imposta pelo suporte institucional. Percebe-se um engajamento militante contra a hegemonia da FD literária tradicional, reafirmando sua identificação com o discurso da literatura marginal. Essa mesma posição-sujeito é revelada na entrevista com outro escritor considerado “independente”, como vemos nas SDs 6 e 7 recortadas da entrevista com o escritor Ferréz⁵ feita para o *blog* “Canto dos Livros” (2012):

SD6: CL: Em sua opinião, o que é Literatura marginal?

F: A literatura que representa até quem nunca vai vê-la, a voz dos sem voz.

SD7: CL: Muitas vezes quem é de algum movimento marginal e começa a fazer sucesso passa a ser visto como um traidor do movimento. Isso aconteceu ou acontece com você?

F: Ainda não, eu faço um trabalho de base forte, palestras em escolas públicas, ONGs, fundação Casa, presídios e onde a Literatura couber. Não falo para ricos nos eventos. Na verdade, faço muitos eventos em comunidades, então quando pinta algo mais elitizado ninguém me enche o saco, pois me veem em outras paradas.

Na entrevista, já se percebe a posição-sujeito que o escritor assume, pois a literatura produzida por ele é destinada a um público de

⁵ Nota-se que a identificação dos escritores da Literatura Marginal se faz apenas por um nome: “Lara”, “Ferréz”, e não por nome e sobrenome como os escritores legitimados.

nível social menos elevado. De início, já podemos inferir uma identificação com o desejo de ser reconhecido como excluído, marginalizado. Aqui o fato de a Literatura ser “Marginal” adquire um sentido positivo. Marginal significa a identificação com uma postura não-padronizada, livre da “instância academicista”, a literatura dos “excluídos”, dos “sem-voz” como diz o sujeito-escriptor. A Literatura Marginal assume, assim, uma posição política e até mesmo militante, de abandono dos padrões estéticos elitistas. O enunciado “*eu não falo para os ricos nos eventos*” e a defesa da linguagem coloquial marcam a heterogeneidade cultural e linguística daqueles que se consideram escritores da Literatura Marginal e que luta contra a hegemonia do cânone literário.

Justino (2007) analisa o discurso literário enunciado por Ferréz em seu “Prefácio-manifesto”⁶, intitulado “Terrorismo literário”, como sendo uma crítica ao “paradigma estético ideologicamente dominante” (expressão de JAMESON apud JUSTINO, 2007, p.194), projetado discursivamente pela dominância da “expressão cultural de maior tradição no ocidente” (JUSTINO, 2007) que dita os modos de escrita que devem ser valorizados ou ainda imitados. Esse paradigma atua no modo como a Literatura se relaciona com a sociedade, colocando-a, conforme Justino ainda (2007), como o “discurso construtor de uma identidade coletiva e de sentidos de pertença”. Esse discurso cria uma falaciosa identidade nacional, traçada a partir de parâmetros europeus e da cegueira quanto à multiplicidade cultural do país.

Essa demanda por uma nova configuração identitária é o que percebemos na SD 8, retirada do próprio “Prefácio-manifesto” de Ferréz:

SD 8: Ao contrário do bandeirante que avançou com as mãos sujas de sangue sobre nosso território e arrancou a fé verdadeira, doutrinando nossos antepassados índios, e ao contrário dos senhores das casas-grandes que escravizaram nossos irmãos africanos e tentaram dominar e apagar toda a cultura de um povo massacrado mas não derrotado. Uma coisa é certa, queimaram nossos documentos, mentiram sobre nossa história, mataram nossos ancestrais. Outra coisa também é certa: mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo o que prove que um dia a periferia fez

⁶ Ferréz (2005).

arte. [...] Mas estamos na área, e já somos vários, e estamos lutando pelo espaço para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e eternizados. Neste primeiro ato, mostramos as várias faces da caneta que se manifesta na favela, pra representar o grito do verdadeiro povo brasileiro.

Notamos, juntamente com Justino (2007, p. 189), que esse escritor escreve a partir da posição-sujeito de quem vive na periferia, ou ainda, em favela, o que já indica o pertencimento a uma comunidade linguística específica e, a partir deste lugar social é que ele vai inventar “um novo estatuto da literatura” com uma maneira singular. Para esse autor (2008, p.2), o discurso marginal é tomado como um movimento literário, marcadamente político, que excede “a questão propriamente estético-literária para se situar nas demandas por democracia e por direito à diferença”. E afirma ainda que novas perguntas são postas à literatura:

Que faz o escritor e o público com a literatura? Para que a literatura tem servido? Quem estabelece o critério de medida? Quem pode escrever? Quem recebe? Em que condições materiais cotidianas? Essas questões são tão urgentes quanto as questões específicas da Poética enquanto ciência da literatura (JUSTINO, 2008, p. 2).

Essa posição-sujeito assumida por Justino dentro da FD literária faz ressoar discursos como o do autor Zygmum Bauman para quem a sociedade passa por um processo de mudança cultural que exige novos modos de existência, novas discursividades, uma nova reconfiguração que dê direito à redistribuição, ao reconhecimento da pluralidade (BAUMAN, 2003).

A partir desse novo olhar sobre o campo literário, percebemos que, na FD literária, há camadas distintas de discurso: de um lado, estão os saberes que defendem a preservação do cânone literário; do outro lado, estão os saberes que defendem uma flexibilidade no rigor da crítica literária, a fim de que todas as formas de escritura possam ter suas diferenças respeitadas no fazer/dizer literário, ou ainda com Justino (2007, p.191): “os novos estatutos da literatura reenviam para uma nova construção de memória coletiva a partir de novos agentes, novas tradições, e a necessidade de outro olhar sobre as velhas”.

Essa diferença no modo de organizar os saberes literários instituiu a contradição na FD literária, promovendo a descontinuidade dessa repartição que surge como um acontecimento na ordem do discurso literário, visto como crise por alguns estudiosos de literatura, tais como Bosi (1994) e Jobim (2009). A difusão de saberes distintos pela rede e sua persistência balançam as arestas e insistem em uma nova repartição dos saberes que englobe o marginal, o “não-aceitável”. Essa redefinição das margens fica evidente no texto de Maingueneau (2011), onde o autor defende que as obras cujo valor estético é contestado pelo cânone literário sejam estudadas nas aulas de literatura ao lado dos clássicos. Essa postura do autor é assumida por uma posição-sujeito discordante da inflexibilidade do cânone que vem de dentro da FD literária, como a posição de Justino, e não de fora, como ocorre com o discurso dos escritores ditos “independentes” ou “marginais”.

Essa nova ordem discursiva, que visa flexibilizar o cânone literário, defende uma nova concepção de *estilo*, que abranja a diversidade como propõe Compagnon (1999, p. 194): “o estilo é uma escolha entre várias ‘escrituras’”. Só o estilo como norma, prescrição ou cânone vai mal e não foi reabilitado”. E “escolher” a linguagem coloquial para construir um poema, já é um modo de escritura, que identifica o sujeito em sua posição determinada social e culturalmente.

O reconhecimento da literatura marginal como um fazer genuinamente literário vem afetando os discursos da crítica literária acadêmica e dividindo escritores, professores e filósofos. No entanto, como observa Foucault:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde

ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 42) (destaques do autor).

Dessa forma, mesmo que o mercado editorial para as obras ditas “marginais” seja escasso, mesmo que as instituições não ensinem seus textos, que as bibliotecas não abriguem seus livros, esse discurso marginal resiste e insiste promovendo transformações na FD literária, movendo suas margens.

Considerações finais

Diante da análise realizada das sequências discursivas retiradas do espaço virtual, podemos concluir que o conceito de Literatura Marginal se formula no embate entre saber e poder, instituindo duas posições-sujeito distintas na FD literária. De um lado, temos a posição-sujeito que reitera a exclusão deste tipo de literatura que refuta os padrões do cânone literário, julgando-a sem valor estético; já para a outra posição-sujeito, esta deve ser valorizada e considerada literatura legítima, visto que seu modo de escrita é diferente porque abriga a variedade multicultural brasileira.

Esses embates são constituídos no entrecruzamento da história com a linguagem e refletem o conflito da hegemonia do poder institucional com a resistência do discurso dessa literatura dita marginal. No entanto, percebemos que profissionais e pesquisadores da literatura já começam a aceitá-la como movimento literário, fazendo com que essa posição-sujeito discordante da perpetuação do cânone instale-se dentro da FD literária científica, fazendo com que as transformações não venham apenas de fora, mas também de dentro da FD.

Observamos ainda que, mesmo o lugar de onde o sujeito-escriptor “independente” enuncia não sendo legitimado pelo meio acadêmico, ele alcança ampla divulgação na rede, servindo de um canal de acesso a vários saberes. O ciberespaço é o espaço que se contrapõe ao institucional, uma vez que, enquanto ele se abre e divulga distintos saberes, a instituição fecha suas portas e resiste a aceitar as novidades.

Com base nessa nova forma de organizar os saberes da formação discursiva literária, vemos que a ruptura na continuidade de

sua série estabeleceu novos conceitos para cânone e estilo, tornando-os mais heterogêneos e flexíveis. Essa natureza heterogênea da literatura deve repercutir também no seu ensino, como pondera Maingueneau (2011). Vemos a necessidade hoje em dia de lidar com o clássico e o contemporâneo lado a lado em sala de aula. Para que esse convívio seja harmônico o professor precisa assumir uma posição-sujeito que o permite reconhecer as diferenças sem julgá-las hierarquicamente. E o estudo que fizemos nos auxilia a compreender como essas transformações ocorrem e, assim, pode nos deixar mais confortáveis para aceitá-las.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Direito ao reconhecimento, direito à redistribuição. In: _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 69-81.

BOSI, Alfredo. Os estudos literários na era dos extremos. In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 248-256.

CHARTIER, Roger. *Lecteurs et lectures à l’âge de la textualité électronique*. Disponível em: <http://www.text-e.org/conf/index.cfm?fa=printable&ConfText_ID=5>. Acesso em: 02 dez. 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CUSTÓDIO, Joaquim. Para que serve o Cânone Literário? Aspectos e confrontos do Discurso teórico Contemporâneo. In: X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: CULTURA E REPRESENTAÇÃO. 10, 2009. *Anais ...* Assis, Universidade Estadual de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Carolina. O ciberespaço no confronto de sentidos: uma nova leitura de arquivo In: FERREIRA, Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITTIMANN, Solange. (Org.). *O Discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz. V.1, p. 117-124, 2009.

FERRÉZ. *Literatura Marginal: a cultura da periferia: ato I. Caros Amigos*. Edição Especial. São Paulo, agosto de 2001.

_____. Prefácio In: _____. (Org.). *Literatura Marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 9-14.

_____. *Canto dos livros*. Disponível em: <<http://ferrez.blogspot.com.br/2011/07/entrevista.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4. ed. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *A ordem do Discurso*. 15. ed. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p.13-38, 1997.

JOBIM, José Luís. A literatura no ensino médio: um modo de ver e usar. In: ZIBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia (Org.). *Escola e leitura velha crise, novas alternativas*. São Paulo: global, 2009.

JUSTINO, Luciano Barbosa. A literatura marginal e a tradição da literatura: o prefácio-manifesto de Ferréz, “Terrorismo Literário”. *Gragoatá*. Niterói, n. 23, p. 189-203, 2. sem. 2007. p. 189-203.

_____. Novos estatutos de memória na literatura brasileira contemporânea: os “marginais”. XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS. 11, 2008. *Anais...* São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2008.

LARA. *Literatura marginal, pós-modernidade e cultura alternativa*. Disponível em: <http://interpoetica.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1131&catid=0>. Acesso em: dez. 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. A Análise do Discurso e o ensino da literatura. Tradução de Carolina Fernandes. *Práticas Discursivas Amazônicas*. Cacoal-RO, ano I, n. 1, p. 10-24, ago./dez., 2011.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação e Autoria: leitura e efeitos de trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

Recebido em 22/07/2013

Aceito em 22/09/2013